

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.339.326 - RS (2018/0194875-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **NERIO OLIVEIRA DA SILVA**
ADVOGADOS : **TIAGO SANGIOGO - RS072814**
 : **PAULA ESCOBAR RILLO E OUTRO(S) - RS078766**
AGRAVADO : **BANCO PAN S.A.**
ADVOGADO : **FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ E OUTRO(S) - SP206339**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. 1. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM ANTE A APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO. IMPOSSIBILIDADE DE O STJ CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO DA INSURGÊNCIA (CPC/2015, ART. 1.042). 2. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Nério Oliveira da Silva, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 178):

APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO ORDINÁRIA. REVISÃO DE CONTRATO.

1. Os negócios jurídicos bancários estão sujeitos às normas inscritas no CDC (Súmula n. 297 do STJ), com consequente relativização do ato jurídico perfeito e do princípio pacta sunt servanda.
2. Os juros remuneratórios devem ser compatíveis com a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, não sendo considerada abusiva, por esta Câmara, a pactuação do encargo em até 05 (cinco) pontos percentuais superiores à referida média.
3. A capitalização mensal de juros é admitida quando expressamente prevista a sua incidência em contrato bancário firmado após a vigência da Medida Provisória n. 1963-17/2000, mostrando-se suficiente, para tanto, a indicação de juros anuais em índice superior ao duodécuplo da taxa mensal, consoante definido pelo Egrégio STJ no julgamento do REsp n. 973827/RS, submetido ao regime dos recursos repetitivos.
4. Autorizada a cobrança da comissão de permanência, de forma isolada e sem cumulação com qualquer outro encargo moratório, limitado o seu montante na forma da Súmula n. 472 do Egrégio STJ.
5. Flagrada abusividade no período de normalidade do contrato (taxa

de juros remuneratórios significativamente superior à média de mercado), impõe-se a descaracterização da mora debendi e, por conseguinte, o deferimento dos pedidos de vedação da inscrição do nome do autor em órgãos de restrição ao crédito e de manutenção na posse do bem objeto do contrato, medidas condicionadas ao depósito das parcelas vencidas e vincendas, quando exigíveis, observados os parâmetros definidos no presente julgado.

6. Resta autorizada a compensação dos valores pagos a maior com o débito remanescente após a revisão do contrato firmado pelo requerente com a instituição financeira, de modo a evitar o enriquecimento sem causa (Código Civil, artigo 884, caput), bem como a repetição simples do saldo eventualmente apurado em seu favor.

7. Ônus sucumbenciais redistribuídos e redimensionados.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Nas razões do recurso especial, o agravante alegou divergência jurisprudencial quanto à capitalização de juros.

Contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 273).

O Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, em relação à matéria abrangida pelo REsp n. 973.827/RS - Temas 246 e 247/STJ, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, e inadmitiu pela incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.

Brevemente relatado, decido.

Cumprе ressaltar que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, que entrou em vigor em 18 de março de 2016 (Enunciado Administrativo n. 1 do Plenário do STJ), passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo em recurso especial contra decisão que inadmitе o apelo especial, quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo.

Eis a redação do art. 1.042 do CPC/2015:

Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão

Superior Tribunal de Justiça

publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio *tempus regit actum*.

No caso em exame, o presente agravo foi interposto contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, de maneira que plenamente aplicável o novo regramento trazido pelo *caput* do citado art. 1.042. Portanto, aqui se está diante de nítida hipótese de não cabimento do recurso.

Com isso, não há como conhecer do agravo, por ser incabível na parte em que o recurso especial teve o seguimento negado na origem, porque o acórdão recorrido estava em conformidade com a orientação firmada por este Tribunal no Recurso Especial Repetitivo n. 973.827/RS - Temas 246 e 247/STJ.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator